



ENTRE ESCRITA E REFLEXÕES: DESAFIOS NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E FRO BRASILEIRA

Ana Márcia Maciel

Universidade Estadual da Paraíba

Marciamaciel29@hotmail.com

Olindina Ticiane Sousa de Araújo

Universidade Estadual da Paraíba

Ticiane2606@hotmail.com

José do Egito N. Pereira

Universidade Estadual da Paraíba

Egito78@hotmail.com

RESUMO: Ao longo do trabalho possuímos o objetivo de fazer uma análise da trajetória historiográfica dos discursos sobre a imagem do negro na sociedade brasileira, além de abordar o impacto da lei 10.639/03 sobre a historiografia e o ensino de história. Pois, este assunto é altamente relevante para entendermos os estereótipos criados sobre o negro ao longo da história, e para identificarmos alguns dos diversos problemas encontrados pelas escolas na efetivação desta lei, como também, a importância da mesma para a valorização da cultura africana e afro brasileira, na construção de um país que tenta fazer da educação uma ferramenta de mudança em busca de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Historiografia, Discriminação, Lei 10.639/03, Desafios.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que possui uma rica diversidade cultural que não é contemplada de forma igualitária nos currículos escolares, deixando sempre para as datas comemorativas as discussões sobre os povos ameríndios e afro-brasileiros, e em muitos casos o assunto é abordado de forma folclórica. A lei 10.639/03 obriga as escolas a tornarem o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira como componente presente nos currículos escolares, tornando possível que outras formas de pensar sejam trabalhadas em sala de aula;



tento em vista que a visão eurocêntrica prevalece no âmbito escolar como em toda sociedade.

A disseminação de “verdades” naturalizadas e inquestionáveis ainda está presente em muitos currículos escolares brasileiros, disseminando ideologias que por sua vez, são responsáveis por reproduzirem estereótipos e preconceitos, que ao longo da construção do país foi tornando-se uma questão histórica, negando a participação do negro como sujeito pertencente da sociedade, além de ser responsável pela marginalização de sua cultura.

Dessa forma, as relações de poder existentes no ambiente escolar, ajudam na perpetuação das desigualdades raciais, na qual a grande parcela da sociedade é constituída por afro-descendente, o estudo sobre a cultura africana e afro-brasileiro se faz necessária para a valorização das mesmas, a lei 10.639/03 proporciona com um maior rigor, que as escolas se tornem uma ferramenta na qual possibilite aos estudantes um contato mais amplo e mais profundo sobre uma das culturas que formam a identidade brasileira.

Nessa perspectiva, o presente trabalho possui o objetivo de analisar ao longo dos primeiros escritos historiográficos, a imagem que se construiu a cerca o negro, até o surgimento dos movimentos sociais negros que buscavam o direito do reconhecimento de sua história e cultura, além, de abordar a importância da lei 10.639/03 para a desconstrução de pensamentos preconceituosos arraigados na sociedade.

Para desenvolver a presente pesquisa, foi necessário o aprofundamento e lapidação de conhecimentos já existentes através de fontes bibliográficas: livros, artigos e revistas de onde foram extraídas informações, opiniões, citações e conceitos, por meio de uma leitura minuciosamente trabalhada e analisada, sempre respeitando as diretrizes e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



O NEGRO PELOS DISCURSOS HISTÓRICOS: OLHARES

A escrita da história brasileira emergiu oficialmente com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. O objetivo deste instituto de pesquisa era o de produzir uma história para a nação imperial brasileira e colocar o Brasil na marcha do progresso e no círculo dos status de nação civilizada. Portanto, era preciso conhecer e construir uma história para a jovem nação independente. O intelectual que iniciou a escrita da história do Brasil, foi o botânico, Karl Friedrich Von Martius, vencedor do concurso de monografia “Como se deve escrever a história do Brasil”, de 1840. O que se verificou nos trabalhos de Martius, sobre os negros foi algo praticamente nulo: os trabalhos etnográficos do botânico alemão dizem respeito unicamente aos índios.

Entretanto, Martius deixou uma intrigante pergunta para as gerações futuras de pesquisadores que se dispusesse a escrever sobre o negro brasileiro. A questão chave sobre este elemento formador da nacionalidade brasileira, para este viajante bávaro, era se o Brasil teria tido um desenvolvimento diferente sem a introdução dos negros escravos? Esta era a pergunta que deveria reger o ofício do historiador preocupado em escrever a história do Brasil. Esta questão iria atormentar gerações de historiadores e outros pensadores ao longo da história do Brasil. Contudo, Martius não se mostrou indeciso a esta questão e expôs o que pensara:

Não há duvida que o Brazil teria tido um desenvolvimento muito differente sem a introducção dos escravos negros. Se para melhor ou para peor, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido occasião de ponderar todas as influencias, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. Mas, no actual estado das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brazil (MARTIUS, 1845, p. 397).



O historiador que desenvolverá o projeto de escrever uma história para o Brasil, de acordo com a perspectiva proposta por Martius, será Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), historiador considerado o Heródoto brasileiro. Em História geral do Brasil, dedicou aos negros poucas páginas. Para o Varnhagen, os traficantes negreiros fizeram um mal ao Brasil entulhando as cidades do litoral e engenhos de negrarias.

Para Varnhagen, ao passar tais “gentes” ao Brasil, como escravizados, na verdade estes melhoraram de sorte. Embora a escravidão fosse injusta, por não ser filantrópica, e fosse uma ofensa à humanidade, por ser um ataque ao indivíduo, à família e ao Estado de onde foram arrancados, os negros, ressaltou o autor, melhoraram de sorte ao entrar em contato com gente mais polida, com a bandeira da civilização e a cruz do cristianismo.

Durante a virada do século XIX para o século XX, período em que no Brasil, se desfaziam as engrenagens da escravidão, um círculo de intelectuais passou a colocar em debate a presença negra no Brasil. Ao final da escravidão, em 1888, parece que uma amnésia, em relação ao negro, tomou conta do país. Era preciso extirpar da “história pátria” aquilo que estava sendo considerada uma nódoa prejudicial à história brasileira: a presença negra. O Brasil estava se transformando num país europeu, devido à crescente chegada dos imigrantes, os agentes que realizariam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

O contexto histórico do século XIX, isto é, aquilo que presidia a forma de se estar e pensar dos homens europeus era representado pelo Positivismo, Evolucionismo e Darwinismo Social. O declínio da escravatura exigiu repensar o futuro da jovem nação, discutia-se a identidade nacional e as diferenças sociais. Enfim, era preciso criar uma nova imagem de povo; só poder-se-ia atingir as desejáveis imagens européias de civilização, progresso e ordem, apurando a raça brasileira. Tal apuramento civilizatório se faria mediante a crescente injeção de sangue europeu, o que possibilitaria o branqueamento da nação, e, para que tal projeto não percesse, proibiu-se até mesmo a entrada de negros no território brasileiro



ZAMPORONI (1995, P.2).

Nesse período, o cientista João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, defendia as seguintes idéias, com base num processo de mestiçagem positiva: “é lógico supor que, na entrada do novo século, os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós” (1998, P. 176). Para Lacerda, o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução, afinal, “o país era descrito, na sua visão, como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas, levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco” (RODRIGUES, 1977, P. 264-265).

Era desta maneira que se encontrava o negro em fins do século XIX, excluído das políticas governamentais que buscavam estruturar a nação com bases num projeto que tinha como lema a ordem e o progresso do Brasil Republicano. Excluir a presença negra pela mestiçagem parecia aos olhos de Nina Rodrigues, famoso médico da escola baiana, um equívoco. Nina Rodrigues era adepto do Darwinismo social e dos modelos de poligenismo: Os poligenistas e adeptos do darwinismo social defendiam que as raças humanas correspondiam a realidades diversas e, portanto não passíveis de cruzamento.

Este por sua vez, fez importantes estudos recolhendo as memórias dos ex-escravos, mostrando o quanto de diversidade havia entre os negros, no tocante às diferenças físicas, culturais e morais. Nina Rodrigues se filia ao conhecimento científico dominante ao defender a superioridade entre as raças, e supõe que o negro carrega em si a predisposição criminal. Para ele, diversas abordagens implicavam reconhecer o negro como agente criminológico: a constituição biológica e os fenótipos criminológicos e mesmo o atraso cultural, efeito de uma raça que estava ambientada noutra temporalidade, distante dos povos civilizados (SILVA,



2003, P. 33-34). Nina Rodrigues é enfático ao afirmar a degeneração do negro:

A raça negra no Brasil (...) há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo e que consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo (RODRIGUES, Op. Cit. P.7).

A produção historiográfica vinculada ao IHGB desprezava a participação do negro enquanto agente social na sociedade brasileira. Para esses pesquisadores da identidade brasileira, o negro representava a parte não civilizada da emergente nação. Mas, na primeira metade do século XX emergiu no Brasil um leque de discursos (culturais e político) que procurou demonstrar a nossa docilidade social, fruto da mescla de nossas três raças que culminou na sociedade brasileira. Freyre adere a esta rede discursiva e vai discorrer sobre a suavidade em nossas relações sociais a partir do seu próprio e saudoso mundo: o mundo da casa-grande e senzala, dos sobrados e mocambos. Apresentações à parte vejam o que Freyre escreveu sobre o papel do negro na sociedade escravista. Em “Casa Grande & Senzala”, ele defendeu a miscigenação como algo positivo, e em momento algum escondeu a presença negra como uma das raças fundadoras do povo brasileiro.

Todo brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo... a influência direta ou vaga e remota, do africano ... Em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra (FREYRE, 2003, P. 367).

Freyre explica como a presença e a influência negra pode ser sentida na vida do homem branco, e ao mesmo tempo, lança as bases de sua democracia racial, ao relatar que os homens brancos de sua geração se lembram da escrava ou sinhama que os embalou, que os amamentou e que os deu de comer. Freyre escreve com nostalgia sobre: a negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos



transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação de homem (IDEM, P. 367).

As décadas seguintes à publicação de *Casa Grande & Senzala* serão de uma nova geração de intelectuais, integrada por Florestan Fernandes, Otávio Yanni, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e outros. Os ideais marxistas permearam a escrita dos pesquisadores da USP: emergiram discursos combatentes ao sistema capitalista e em prol da independência econômica do Brasil; no tocante ao social, as possibilidades do discurso foram em torno das contradições de classes e das injustiças sociais. O interesse pelas conseqüências da escravidão e suas relações com o sistema capitalista esteve presente nas obras destes estudiosos. Para eles, a escravidão é pedra basilar no processo de acumulação do capital, instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: o mercado e o lucro. Ao criticarem “*Casa Grande & Senzala*” esses autores afirmam que em Freyre, as relações de dominação no Brasil são ocultadas, quando foram violentas e cruéis. É visível na obra freyreana a tentativa de mostrar o homem branco, tratando seu escravo com bondade, suavidade e ternura. Por isso, considera-se que “Freyre apagaria as tensões, as agudas contradições reais que caracterizaram as relações sociais entre senhores e escravos” (REIS, 2002, P. 59).

A partir dos anos 70, os movimentos negros se rearticulam na sociedade brasileira, agregando novos interesses em suas formas de luta. Passam a valorizar significativamente as questões educacionais dos afro-descendentes, criam um ambiente favorável à discussão da cultura nacional e das origens do povo brasileiro. Um dos principais movimentos dos anos 70 foi o Movimento Negro Unificado (MNU) que, unido a outras organizações, passou a denunciar, também, o lado místico da democracia racial: “Nas diferenças no acesso à educação e ao lazer, na distribuição desigual de rendas estavam às marcas da discriminação, que fugia da alçada oficial, mas era evidente no cotidiano (SCHWRCZ, 1998, P. 208).

O Movimento Negro Unificado irá atuar durante os anos de 1979 até os fins dos



anos 80, através dos Cadernos Negros e do Jornal do Movimento Negro Unificado, principalmente nas cidades de São Paulo e Salvador. Esse movimento assumirá uma postura política e pedagógica, enfatizando a necessidade de se produzir e se divulgar um discurso emancipatório, a partir da invenção de uma memória cultural afro-brasileira. Trata-se de um discurso que objetivou abordar o negro a partir de imagens positivas, tentando ser um contra-discurso aos tantos outros discursos que traçaram na história do Brasil, mensagens degenerativas e submissas do negro escravizado. Os prefaciadores e também os escritores dos Cadernos negros consultavam e retiravam sob a poeira dos tempos objetos históricos como “Palmares, Zumbi, Revolta de Búzios e Revolta dos malês”, e com isto, elaboravam uma história da participação do negro na sociedade brasileira. O Movimento Negro comenta nestes tipos de periódicos, tais revoltas, com a intenção de construir outras versões da história dos africanos e afro-descendentes no Brasil- um recurso indispensável para reverter o repetido discurso do estereótipo inferiorizante (IDEM, P. 107).

A MARGEM DE PENSAMENTOS: POR UMA CULTURA RECONHECIDA E VALORIZADA

O Brasil é uma mistura de culturas e etnias que se fundiram ao decorrer de sua história. O encontro estabelecido entre o nativo, europeu e africano constitui, inicialmente, à formação de um povo que nascera com traços distintos e peculiares. Porém, é necessário mencionarmos que a historiografia brasileira, por muito tempo, fez-se silenciar a multiculturalidade existente entre esses povos e se deixou ecoar apenas a cultura e as concepções dominantes do eurocentrismo.

Entretanto, a partir dos questionamentos levantados acerca das contribuições da cultura africana para a formação da sociedade brasileira, fizeram surgir novos olhares que estimularam, evidentemente, o desenvolvimento de reflexões e trabalhos sobre o papel desses



sujeitos históricos e suas contribuições, tanto para a produção historiográfica, quanto para o ensino de história. Assim, surgem novas abordagens no campo da produção e do ensino de história, caminho que vai sendo construído com algumas lacunas.

Segundo a lei 10.639/03, com um olhar mais atento, busca inserir no currículo escolar um componente curricular que aborde o ensino da história e cultura afro-brasileira com o objetivo de incentivar novos debates acerca deste assunto e também garantir uma ressignificação e valorização cultural das mesma.

(...) Trata-se, em última instância, de apostar que os currículos escolares podem se constituir em veículos de enfrentamento das desigualdades sociais – e raciais – presentes em nossa sociedade, com potencialidade para alterar hierarquias, desestabilizar relações de poder, fomentar a reorganização de forças e contribuir para o questionamento de valores e certezas historicamente construídas. (SANTOS, 2013, p. 59).

Não é incomum que haja no ambiente escolar a construção e reprodução de uma série de estereótipos, principalmente no que se refere aos afro-descendentes, relacionados a cultura e histórias desses sujeitos, que muitas vezes são marginalizados na sociedade e conseqüentemente recebem o mesmo tratamento na escola. Dessa forma, vários estudiosos através de suas pesquisas, tentam promover mudanças na forma de enxergar e pensar o negro como indivíduo inferiorizado e desfavorecido por cultura, costumes e hábitos que não influenciaram nas nossas práticas cotidianas. Pelo contrário, foram responsáveis, em parte bastante significativas, pela propagação e introdução de características próprias presentes e mescladas aos modos brasileiros.

No entanto, a luta por igualdade e reconhecimento social, histórico e cultural dos afro-descendentes é uma realidade atuante, travadas nos mais diferentes ciclos de discussões sobre questões ligadas a identidade. Logo, se faz necessário estabelecer incentivos para se repensar o valor e as contribuições das culturas negra e afro-descendente em solos brasileiros. “(...) assiste-se a um progressivo reconhecimento, no plano formal, da necessidade de se promover



maior justiça social a partir da valorização e afirmação de culturas e identidades tradicionalmente negadas ou silenciadas.” (SANTOS, 2013, p. 58).

Portanto, as poucas e valiosas conquistas observáveis são frutos colhidos de árduos e longos anos de lutas levantadas por diversos movimentos sociais, como o movimento negro, em busca de direitos que foram historicamente negligenciados. Tais organizações contribuem para a criação de leis afirmativas que contribuam para a desconstrução de conceitos pré-estabelecidos, cristalizados ou naturalizados acerca do negro na sociedade.

Um passo importante para essas mudanças, talvez já tenha se concretizado. Porém, existe uma longa distância entre a criação de uma lei, e seu real cumprimento. Podemos observar que um número significativo de escolas, sejam elas de nível fundamental e médio, possuem dificuldades para colocarem a lei 10.639/03 em ação tal como está inserida na constituição.

Ao iniciarem breves diálogos em sala de aula abordando assuntos ligados a cultura africana e afro-brasileira, percebe-se as dificuldades existentes em lidar com assuntos dessa natureza, quando nos deparamos a edificações sólidas embasadas por estereótipos racistas e segregacionistas existentes entre as próprias comunidades escolares. Muitas delas se limitam a traçar pontes de conhecimentos entre o âmbito de saber, que em tese deveria ser a sala de aula, e a realidade dos estudantes, onde muitos que possuem o tom de pele negra ou mestiça chegam a desconhecer a história de seus antecedentes, fazendo perpetuar os preconceitos que se camuflam entre as relações sociais e de poder.

(...) a entrada da temática africana e afro-brasileira nos currículos escolares apresenta-se como processo extremamente complexo, envolvendo múltiplas variáveis e desdobrando-se em uma gama de possibilidades, sendo atravessada por relações de poder e por conflitos entre diferentes concepções de mundo e projetos de sociedade. (SANTOS, 2013, p. 59).

Além de temas que não oferecem novos recortes sobre a história, como também da cultura desses povos, podemos elencar outros fatores que contribuem muitas vezes para a



negação de tais conteúdos, como exemplo: a carência de material didático, a desqualificação dos professores, o conteúdo passado de forma folclórica, a reprodução do livro didático, entre outros fatores, são alguns dos principais empecilhos que contribuem para a perpetuação de uma imagem inferiorizada desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia brasileira em seus primeiros escritos demonstra como a recente nação aborda o papel do negro: excluído da sociedade “civilizada”. Essa visível inferioridade contribui para a negação dos mesmos como sujeitos pertencentes e atuantes na sociedade. Esta visão perdurou até meados do século XX, onde foi questionada com a iniciação de novas abordagens teóricas, e que se fortalece com o surgimento de movimentos sociais que buscam defender os direitos desta parte historicamente excluída da sociedade. Assim, com a busca da inserção destes sujeitos em todos os âmbitos da sociedade, a historiografia procura mesmo que ainda de forma tímida dar ao negro um lugar social valorizando sua participação na formação do país.

Partindo dessa perspectiva, a lei 10.639/03 obriga escolas de nível fundamental e médio a introduzirem em seu currículo escolar um componente curricular que abarque o ensino desta cultura, naturalmente, essas instituições de ensino se deparam com inúmeros problemas acarretados pelo racismo, despreparo do corpo docente, falta de recursos didáticos, etc. são alguns dos diversos percalços existentes nas escolas brasileiras. Portanto, as presentes dificuldades são uma forma de enxergarmos o quanto precisamos ampliar este debate

Assim, a ressignificação cultural se faz de fundamental importância para que os descendentes afro-brasileiros não possuam o receio de levar em seus traços físicos as marcas da história de seus antepassados, escrita com luta, trabalho e sangue. E que tenham a oportunidade de se orgulharem de sua cultura, base fundamental para a identificação de um



povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como “patrimônio sócio cultural”. IN: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- MARTIUS, Karl von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista trimestral de História e Geographia, ou jornal do instituto histórico e geográfico brasileiro. Nº24. Janeiro de 1845.
- MONTEIRO, Ana Maria. (orgs.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SANTOS, Lorene. Ensino de história e cultura Africana e Afro-Brasileira: dilemas e desafios para a recepção da Lei 10.639/2004. IN: PEREIRA, Amílcar Araújo; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem Preto nem Branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In*: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Mozart Linhares da. Direito e medicina no processo de invenção do anormal no Brasil. *in*: SILVA, Mozart Linhares da. **História, medicina e sociedade no Brasil**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- ZAMPARONI, Valdemir D. **Os Estudos Africanos no Brasil**: Veredas. *In*: Revista de Educação Pública – Cuiabá. v. 4, n.5. Jan./Jun. 1995.